

ATA DA TRIGÉSIMA SEXTA SESSÃO ORDINÁRIA DA SEGUNDA SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA DÉCIMA SÉTIMA LEGISLATURA, EM 30-4-2018.

Aos trinta dias do mês de abril do ano de dois mil e dezoito, reuniu-se, no Plenário Otávio Rocha do Palácio Aloísio Filho, a Câmara Municipal de Porto Alegre. Às quatorze horas e quinze minutos, foi realizada a segunda chamada, na qual registraram presença Adeli Sell, Airto Ferronato, Aldacir Oliboni, Cassio Trogildo, Cassiá Carpes, Fernanda Melchionna, José Freitas, João Carlos Nedel, Lourdes Sprenger, Marcelo Sgarbossa, Márcio Bins Ely, Mônica Leal, Prof. Alex Fraga, Reginaldo Pujol, Ricardo Gomes e Sofia Cavedon. Constatada a existência de quórum, o Presidente declarou abertos os trabalhos. Ainda, durante a Sessão, registraram presença Alvoni Medina, André Carús, Comandante Nádia, Dr. Goulart, Dr. Thiago, Elizandro Sabino, Felipe Camozzato, João Bosco Vaz, Mauro Pinheiro, Mendes Ribeiro, Paulinho Motorista, Paulo Brum, Professor Wambert e Rodrigo Maroni. À MESA, foram encaminhados: o Projeto de Lei do Legislativo nº 012/18 (Processo nº 0205/18), de autoria de Cláudio Janta; o Projeto de Resolução nº 009/18 (Processo nº 0585/18), de autoria de Elizandro Sabino; o Projeto de Lei do Legislativo nº 021/18 (Processo nº 0338/18), de autoria de Marcelo Sgarbossa; o Projeto de Lei do Legislativo nº 029/18 (Processo nº 0403/18), de autoria de Márcio Bins Ely. Também, foram apregoados os Ofícios nºs 365, 366, 368, 369, 367, 374, 376 e 375/18, do Prefeito, encaminhando, respectivamente, o Projeto de Lei do Executivo nº 005/18, os Projetos de Lei Complementar do Executivo nºs 003, 004, 005, 006, 007 e 008/18 e o Projeto de Emenda à Lei Orgânica nº 001/18 (Processos nºs 0718, 0719, 0720, 0721, 0724, 0725, 0727 e 0726/18, respectivamente). A seguir, o Presidente concedeu a palavra, em TRIBUNA POPULAR, a Sérgio Brum, Presidente da Associação dos Técnicos de Nível Superior do Município de Porto Alegre, que se pronunciou acerca da previdência. Em continuidade, nos termos do artigo 206 do Regimento, Sofia Cavedon, Fernanda Melchionna, Marcelo Sgarbossa e Dr. Thiago manifestaram-se acerca do assunto tratado em Tribuna Popular. Também, o Presidente concedeu a palavra, para considerações finais, a Sérgio Brum. Os trabalhos foram suspensos das quatorze horas e quarenta e três minutos às quatorze horas e quarenta e quatro minutos. Após, foi aprovado Requerimento verbal formulado por Sofia Cavedon, solicitando alteração na ordem dos trabalhos da presente Sessão. Em COMUNICAÇÃO DE LÍDER, pronunciaram-se Sofia Cavedon, Lourdes Sprenger e Aldacir Oliboni. Às quinze horas e oito minutos, constatada a existência de quórum deliberativo, foi iniciada a ORDEM DO DIA. Em Votação, foi aprovado o Requerimento nº 025/18 (Processo nº 0258/18), após ser encaminhado à votação por Reginaldo Pujol. Em prosseguimento, foi aprovado Requerimento verbal formulado por Mônica Leal, solicitando alteração na ordem de apreciação da matéria constante na Ordem do Dia. Em Votação, foram apreciados conjuntamente e aprovados os Requerimentos nºs 019, 020, 021, 023, 031, 036 e 040/18 (Processos nºs 0250, 0251, 0252, 0254, 0300, 0359 e 0447/18, respectivamente). Em Votação, foram aprovados os Requerimentos nºs 047 e 022/18 (Processos nºs 0487 e 0253/18, respectivamente). Às quinze horas e quinze minutos, a

Presidenta declarou encerrada a Ordem do Dia. A seguir, transcorreu o período de Comunicações, sem pronunciamentos. Durante a Sessão, Dr. Thiago manifestou-se acerca de assuntos diversos. Às quinze horas e dezesseis minutos, a Presidenta declarou encerrados os trabalhos, convocando os vereadores para a próxima sessão ordinária. Os trabalhos foram presididos por Mônica Leal e José Freitas e secretariados por Cassio Trogildo. Do que foi lavrada a presente Ata, que, após distribuída e aprovada, será assinada pelo 1º Secretário e pelo Presidente.

PRESIDENTE JOSÉ FREITAS (PRB): Passamos à

TRIBUNA POPULAR

A Tribuna Popular de hoje terá a presença da Associação dos Técnicos de Nível Superior do Município de Porto Alegre – Astec que tratará de assunto relativo ao rombo da Previdência. O Sr. Sérgio Brum, Presidente da Astec, está com a palavra, pelo tempo regimental de 10 minutos.

SR. SÉRGIO BRUM: Sr. Presidente da Câmara Municipal de Porto Alegre, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores, senhores e senhores dirigentes sindicais, colegas municipais, senhoras e senhores presentes neste plenário, ex-Prefeito João Antonio Dib, aqui presente. Mais uma vez tenho a honra de estar nesta tribuna, representando a Associação dos Técnicos de Nível Superior do Município de Porto Alegre, a qual presido, e o Sindicato dos Engenheiros do Rio Grande do Sul - de cuja diretoria faço parte, para defender os direitos e interesses dos servidores municipais de Porto Alegre. Infelizmente a todo momento e a toda hora, nós, servidores municipais de Porto Alegre, somos atacados pelo atual Prefeito e seus Secretários, que insistem em nos culpar pelas dificuldades que encontram na gestão da Cidade, que não conseguem superar com sua atuação. Como afirma o Conselho de Administração do Previmpa, o qual tive a honra de presidir, o discurso do déficit previdenciário é estratégia do Governo para legitimar a agenda de privatização e desmonte dos serviços públicos. O próprio Secretário da Fazenda divulgou dados de crescimento da receita, de 0,66% em relação a 2016, representando R\$ 41 milhões a mais, enquanto as despesas tiveram redução de 1,65%, representando uma contenção de R\$ 101 milhões. Contabilizados os recursos dos órgãos com receita própria, o superávit em 2017 foi cerca de R\$ 495 milhões. A despesa de pessoal, em 2017, ficou abaixo do limite de 54% estipulado pela Lei de Responsabilidade Fiscal. Desses dados, conclui-se que a situação fiscal e financeira da Prefeitura de Porto Alegre está longe da catástrofe propagada pelo Governo.

Afirma também o Conselho de Administração do Previmpa que o regime capitalizado, aquele que atende os servidores que ingressaram a partir de 10 de setembro de 2001, tem em caixa mais de R\$ 1,7 milhões, ostentando enorme superávit e perspectiva de sustentabilidade futura, ou seja, nenhum real do contribuinte será necessário para pagar aposentadorias e pensões dos servidores desse regime. É preciso

esclarecer que, no regime de capitalização, a contribuição mensal de servidores e de empregador é capitalizada para pagar as aposentadorias no futuro, quando, como já dissemos, o Município não terá mais esse ônus.

O aumento da contribuição previdenciária em 3%, ocorrido em 2017, além de reduzir diretamente os salários dos servidores, é totalmente desnecessário, como comprova o último cálculo atuarial, no caso dos servidores que ingressaram a partir de 10 de setembro de 2001, vinculados ao regime capitalizado. O aumento da contribuição previdenciária dos capitalizados enriquece o fundo desnecessariamente às custas do servidor. Já no outro regime, o de repartição simples, também administrado pelo Previmpa, onde se encontram os servidores que ingressaram até o dia 09 de setembro de 2001, a Prefeitura arca com a diferença entre o arrecadado, com as contribuições patronais, somadas as dos servidores, para quitar a despesa com os aposentados e pensionistas desse regime. Os servidores enquadrados no regime de repartição simples, quando da sua admissão e até 2001, não estavam submetidos a nenhuma contribuição para aposentadoria, seus salários eram calculados admitindo que, no futuro, o Município teria que pagar suas aposentadorias. O Município poderia, em 2001, ter repassado o valor de sua responsabilidade ao Previmpa para capitalização e pagamento das aposentadorias. Não o fez, optou por aportar mensalmente ao Previmpa os valores necessários ao pagamento das aposentadorias desses servidores. Como afirma o Conselho de Administração do Previmpa, a Constituição e as leis estipulam que é obrigação do Município prover o Orçamento integralmente dos recursos para pagar as aposentadorias e pensões dos antigos servidores. Compartilhamos do entendimento daquele Conselho, de que o regime de repartição simples não tem déficit, antes disso, é credor do Município, a Prefeitura tem dívida previdenciária com o sistema. No passado, a aposentadoria era encargo da Prefeitura, sem contribuição do servidor. Assim, deveria o empregador ter constituído reservas para pagamento de sua dívida futura, o que não fez. Esses antigos servidores, no regime de repartição simples, o Município deve a eles os valores que não guardou, não há déficit, há dívida previdenciária a pagar, dívida da Prefeitura de Porto Alegre.

Com o passar do tempo, esses encargos deixarão de existir pelo falecimento dos aposentados e pensionistas vinculados ao regime de repartição simples. As aposentadorias e pensões dos servidores, pós 2001, serão bancadas pelo regime capitalizado para o qual servidores e empregadores estão constituindo necessário fundo. A alegação de déficit da previdência, afirma o Conselho de Administração do Previmpa, é fantasiosa. O sistema de previdência dos servidores municipais de Porto Alegre é forte e sustentável. No último ano, já perdemos, em relação aos nossos salários, o IPCA do período, mais 3% por conta do aumento da alíquota previdenciária. Esses 3%, desnecessários no regime de capitalização, constituem confisco no salário dos servidores, destinado a ajudar o Governo a pagar a sua dívida para com os servidores da repartição simples.

Sofremos ataques às nossas carreiras por meio dos diversos projetos de lei encaminhados pelo Executivo a esta Câmara, que, felizmente, até agora, foi sensível aos argumentos contra essas medidas, freou a sanha destruidora do Prefeito. Retirar os

avanços, a licença-prêmio, os adicionais de 15%, 20%, 25%, tornar os regimes de trabalho sujeitos à convocação anual e implantar previdência complementar não irá contribuir para uma gestão mais eficiente de Porto Alegre, pelo contrário. Amanhã se comemora o Dia do Trabalhador, e nós, servidores, trabalhadores públicos, pelo segundo ano, não temos nada a comemorar. Nem mesmo a reposição inflacionária devida na nossa data base, que é em maio, é contemplada pelo governo Marchezan. Vemos a estrutura administrativa da Prefeitura ser destruída, as praças sem capina, as ruas esburacadas, a saúde e a educação precarizada, os servidores desmotivados e os munícipes maltratados. Perante esta Câmara, em nome dos técnicos de nível superior e dos demais colegas municipais, estamos aqui para reivindicar que cada Vereador se posicione ao lado dos porto-alegrenses, combatendo as medidas e afirmações inadequadas deste Governo e colaborando para que a verdade seja restabelecida e os problemas enfrentados com a competência necessária. Muito obrigado. (Palmas.)

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE JOSÉ FREITAS (PRB): Convido o Sr. Sérgio Brum a compor a Mesa. A Ver.^a Sofia Cavedon está com a palavra, nos termos do art. 206 do Regimento.

VEREADORA SOFIA CAVEDON (PT): Presidente José Freitas, quero cumprimentar o Brum e todos os colegas servidores e servidoras que estão aqui pela bela análise e pelo clamor que trazem mais uma vez a esta Casa. A Câmara Municipal tem sido responsabilizada por impedir as tais das mudanças estruturantes, eu quero afirmar que, aqui nesta Casa, nós sabemos que essas mudanças propostas no seu conjunto são desestruturantes, elas têm uma característica que o senhor compreende muito bem. O Prefeito Municipal parece que é novo na Cidade, mas, em vez de ter a humildade de quem é novo, no conhecimento do cotidiano desta Cidade, da história desta Cidade, se sente na condição de destruir tudo o que está feito, de não avaliar de onde veio, em que sentido foi construído e qual a função que cumpre. E entre isso está a história do Previmpa, que significou a lei que aqui votamos, que discutimos nesta Casa, por dois momentos, com força e com as entidades representativas dos servidores fortemente representados nesta Casa que construíram esse modelo que aí está. E que, portanto, uma parte das aposentadorias, à época, ficou de responsabilidade do Governo Municipal. Isso é muito claro, e não adianta agora o Prefeito querer construir um suposto déficit porque não é, não é! Ele que assuma, como Prefeito, a responsabilidade que outros governos da história de Porto Alegre assumiram com os servidores da Prefeitura de Porto Alegre, que já estão pagando uma conta muito alta. Nós queremos aqui nos somar, a nossa bancada – Ver. Adeli, Ver. Marcelo, Ver. Oliboni –, a um debate profundo que nós queremos fazer com a Cidade. Nós não aceitamos as imposições dos editoriais da RBS, as imposições de uma elite empresarial, porque só com esses que o Prefeito disse que iria dialogar e decidir sobre a Cidade, e com alguma elite política que eu não sei qual é. A nossa Câmara, na sua pluralidade, vai exigir que

ele dialogue com todos nesta Cidade, especialmente com o funcionalismo municipal, porque abrir mão de ter diálogo e parceria com o funcionalismo municipal é jogar a Cidade no descaso, no desleixo e no abandono em que está, e isso é ruim para todos. Então, parabéns pela resistência que a nossa entidade faz e nós confiaremos, com certeza, nessa luta que será vitoriosa. Obrigada.

(Não revisado pela oradora.)

PRESIDENTE JOSÉ FREITAS (PRB): A Ver.^a Fernanda Melchionna está com a palavra, nos termos do art. 206 do Regimento.

VEREADORA FERNANDA MELCHIONNA (PSOL): Eu quero cumprimentar o Sérgio Brum e, na pessoa dele, quero cumprimentar todos os municipais da Astec que estão aqui conosco, os representantes sindicais, do Cores, do Sindicato dos Municipários de Porto Alegre, e dizer da gravidade da situação do pacote que foi enviado à Câmara de Vereadores. Já havia uma política de desmonte da carreira, mas hoje o objeto do debate trazido pela Astec é justamente a questão da previdência municipal. Semana passada o procurador Todeschini esteve aqui falando das dificuldades e da ausência da direção do Previmpa em repor a verdade com relação às mentiras faladas pelo Prefeito, na imprensa, com relação ao suposto déficit, quando, na verdade, se tem uma dívida do Estado com a Cidade e com os municipais na repartição simples e num regime de capitalização no superávit. E agora nós vemos, com o envio do pacote à Câmara de Vereadores, uma tentativa, por um lado, de tirar direitos, porque a categoria paga conforme o seu salário, um percentual de contribuição previdenciária, e a tentativa de instituir um teto, que é tirar direitos quando a pessoa deveria gozar com tranquilidade a sua aposentadoria, e, na verdade, aqui se quer instituir um teto e uma previdência complementar em que o benefício, a contribuição é definida, mas o benefício é indefinido. Não é um raio num céu azul, não é, Sérgio? Nós vimos este modelo neoliberal ser implementado no mundo inteiro. No Chile, dos 30 fundos de pensão, mais da metade faliram e levaram a aposentadoria de quem contribuiu para qualquer lugar; as pessoas não receberam estes valores na aposentadoria. Aqui no Brasil, nós temos o exemplo da Aerus, da Varig, que até hoje os trabalhadores não receberam a sua contribuição. Nós vemos que as grandes mobilizações são no sentido de reverter essa previdência complementar, no caso do Chile, no movimento No+AFP e, no Brasil, os movimentos neoliberais de plantão tentando impor esses ajustes. Foi assim na cidade de São Paulo, com o SampaPrev, que foi derrotado numa greve histórica e é assim com o envio deste projeto à Câmara de Vereadores com o PoaPrev. Então, eu quero cumprimentá-lo pela contribuição e dizer que conte com a bancada do PSOL – comigo, com o Alex Fraga e com o Roberto Robaina – e dizer que é necessário fazer este debate com os Vereadores. Nós queremos que os Vereadores mantenham a coerência e votem contra este pacote. É necessário construir um amplo trabalho de base na categoria, porque é necessário e fundamental usar todas as táticas contra a retirada de direitos: piquetes, greves, mobilizações e

resistência, para que se tenha no futuro uma previdência digna que reconheça o trabalho prestado pelos funcionários ao Município de Porto Alegre. Contem conosco. (Palmas.)

(Não revisado pela oradora.)

PRESIDENTE JOSÉ FREITAS (PRB): Obrigado, Ver.^a Fernanda. O Ver. Marcelo Sgarbossa está com a palavra, nos termos do art. 206 do Regimento, pela oposição.

VEREADOR MARCELO SGARBOSSA (PT): Quero parabenizar o Sérgio pela explanação, cumprimentar os servidores, as representações, como o Simpa, e a Cores que estão presentes. Eu efetivamente tive o primeiro contato agora, um pouquinho antes de serem apregoados os processos. Talvez eu tenha sido o primeiro Vereador a folhear para ver os projetos, só os títulos, e já deu para ver que chegou Previmpa, chegou regime, chegaram os projetos, como o do IPTU. Chegaram agora. Acabaram de chegar. Infelizmente, o Prefeito repete o mesmo método. No ano passado, nós falamos várias vezes que os projetos, quando chegam nesta Casa, devem chegar já com uma discussão que pode até não encontrar todos os pontos de consenso. Mas veja, Sérgio – o Sérgio colocou aqui, foi bom que vários Vereadores puderam escutar a sua fala –, não são argumentos de opinião, são argumentos, eu diria, baseados em números e na matemática. E o Prefeito apresenta outros números, o Tribunal de Contas apresenta outros números. Então, me parece que, no mínimo, uma sentada entre os vários atores, as competências técnicas, claro que a gente sabe que “números também podem ser torturados até confessarem”. Esta é uma frase que eu aprendi com o professor de estatística. Mas há pontos que não têm como divergir: o quanto foi o déficit, o quanto é o superávit, e assim por diante. Então, realmente, tudo indica que o processo que o Prefeito recoloca em andamento, iniciado ano passado, deve ter o mesmo fim, se esta Casa, de novo, entender - e eu acho que deverá entender - que não é por aí, não é por aí. Lembro que representantes da base do Governo, e o próprio Prefeito diziam que o lugar de debate na Cidade é na Câmara. Sim, aqui é o lugar formal, aqui está a representação proporcional da Cidade, eleitos na eleição passada. Mas nós sabemos que nem nós, nenhum de nós, talvez, tenha nem mesmo competência técnica para ir a fundo em todos os temas, mesmo esses temas que chegaram aqui. Então, é talvez um último pedido, acredito que o Prefeito não fará isso, acabam de ser apregoados os projetos, deveria retirá-los, fazer a discussão, e não digo uma discussão *ad aeternum*, poderia se uma discussão com prazo, e quando chegasse a esta Casa, chegasse já com pelo menos alguns pontos de consenso. Me parece que não é o caso, então, infelizmente tudo se coloca, para de novo tenha uma batalha na Câmara. Uma batalha que, inclusive, ele, Prefeito foi derrotado pela sua própria base de governo na votação do IPTU, por exemplo. Então, lamentamos e esperamos que ainda haja um pouco de luz e de lucidez para que o Prefeito retire os projetos e a gente comece o debate antes de os projetos serem protocolados. Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE JOSÉ FREITAS (PRB): Obrigado, Ver. Sgarbossa. O Ver. Dr. Thiago está com a palavra, nos termos do art. 206 do Regimento.

VEREADOR DR. THIAGO (PTB): Caro Presidente, estamos acompanhando essa temática com muita atenção, com muita preocupação, sempre colocando à frente de qualquer coisa, de qualquer análise, enfatizando a todos isso: a independência deste Parlamento. Então, sem dúvida nenhuma, acho que V. Exa. pode nos subsidiar ao longo desse período com mais e mais dados nesse sentido. Muito obrigado pela sua presença aqui e conte conosco tanto na Comissão quanto aqui no plenário. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE JOSÉ FREITAS (PRB): O Sr. Sérgio Brum está com a palavra para as suas considerações finais.

SR. SÉRGIO BRUM: Queria apenas agradecer aos Vereadores, que, como sempre, dão ouvidos às associações, às entidades de servidores, coisa que o atual Prefeito não faz: não ouve, não dialoga, não nos permite colaborar para aperfeiçoar qualquer de suas medidas. Quero agradecer aos Vereadores que se manifestaram, nós contamos sempre com a ajuda deles para não sermos vítimas deste Governo que quer reduzir os servidores municipais a uma condição muito ruim. Presidente, queria, rapidamente, lembrar que o salário de um engenheiro – ou de qualquer outro técnico de nível superior – no Município de Porto Alegre, o salário básico inicial, é em torno de R\$ 2.200,00, R\$ 2.300,00. O salário mínimo profissional de um engenheiro, de acordo com a Lei Federal nº 4.950-A, que é exigido de qualquer patrão, é de nove salários mínimos nacionais, o que dá em torno de oito mil reais e alguma coisa. Se o Prefeito estivesse retirando o adicional de 15%, os avanços, o adicional de 25%, e o nosso salário fosse digno, até se poderia suportar, mas essas gratificações, esses avanços integram, são uma forma de se atingir um salário minimamente adequado a um técnico de nível superior; quando se retira isso, se liquida. E a regra não é válida só para os técnicos de nível superior; os demais servidores também. Se vocês forem olhar a tabela do salário básico, eles são muito abaixo do mercado para aquele cargo, é na construção de 15 anos de serviço que se adquire um salário um pouquinho melhor, mas o Prefeito Marchezan não enxerga isso, ele quer destruir isso, ele vai destruir a capacidade do Município de servir ao povo de Porto Alegre. Agradeço muito o espaço que me foi concedido.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE JOSÉ FREITAS (PRB): Muito obrigado, Sr. Sérgio Brum, Presidente da Astec, agradecemos a sua presença. Esta Casa está sempre de portas abertas para a Associação e para o senhor. Estão suspensos os trabalhos para as despedidas.

(Suspendem-se os trabalhos às 14h43min.)

PRESIDENTE JOSÉ FREITAS (PRB) – às 14h44min: Estão reabertos os trabalhos.

VEREADORA SOFIA CAVEDON (PT) (Requerimento): Sr. Presidente, solicito, em nome da Ver.^a Fernanda Melchionna, a transferência do período de Grande Expediente para a próxima Sessão.

PRESIDENTE JOSÉ FREITAS (PRB): Em votação o Requerimento de autoria da Ver.^a Sofia Cavedon. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

A Ver.^a Sofia Cavedon está com a palavra para uma Comunicação de Líder, pela oposição.

VEREADORA SOFIA CAVEDON (PT): Vereador José Freitas, na presidência dos trabalhos, eu quero agradecer ao PSOL, em meu nome, em nome dos Vereadores Aldacir Oliboni, Marcelo Sgarbossa, e do meu partido, por este espaço, porque preciso falar de uma situação bastante grave que foi se apresentando a partir do início do ano letivo, em março e abril, que é o número inexplicável de obras de creches semiconstruídas, inacabadas e abandonadas na cidade de Porto Alegre. Pasmem, senhores, mas, contando só as que eu visitei, foram cinco – quatro, na Zona Norte –, todas elas paralisadas no final de 2016, e, até este momento, não houve retomada das obras; ao contrário, houve depredação e abandono. São obras importantíssimas – fruto de um programa federal que se chama Pró-Infância, portanto, não há desculpas de que não havia recursos, pois todas elas têm recursos garantidos e colocados na conta do Município de Porto Alegre – para atender a educação infantil, cujo atendimento está deficitário, conforme foi apontado, inclusive, na Comissão de Educação no início deste ano, no monitoramento do Plano Municipal de Educação, como meta não cumprida o atendimento de zero a seis anos. Mais grave que isso, crianças de quatro a seis, que ainda não temos a dimensão da quantidade, mas é muito grande, uma idade obrigatória, a partir de 2016, estão sem escola.

(Procede-se à apresentação em PowerPoint.)

VEREADORA SOFIA CAVEDON (PT): Escola Raul Cauduro, no Condomínio Jardim Alegre, no bairro Mário Quintana: olhem o estado da construção! Uma construção que estava praticamente completa, ao ser depredada e abandonada, está no meio do mato, perdeu materiais que haviam sido instalados, está sendo pichada e jogada no abandono, em pleno bairro Mário Quintana, uma comunidade com muita vulnerabilidade e com muita necessidade de vaga para a educação infantil. É um desperdício de dinheiro público, uma incompetência de gestão no Município de Porto

Alegre. Aí o Prefeito diz que o problema é econômico, mas todas essas obras tinham recursos gravados. E faz um ano e meio que elas estão paralisadas!

Escola localizada no bairro Jardim Leopoldina, também uma escola cuja obra foi iniciada e que está paralisada, abandonada. Escola Infantil da Rua Lages, Parque Santa Fé. Olhem que bonitinha, pintadinha! Parada desde o final de 2016. Se isso é possível na cidade de Porto Alegre!? A próxima creche, Escola Clara Nunes, Zona Sul da Capital. Esta ainda tem um caseiro cuidando. Um caseiro que não recebe nada por cuidar, há um ano! E se ele não estivesse ali, Ver. Oliboni? Esta também era uma Escola Infantil do Governo Federal, programa Pró-Infância Dilma Rousseff, abandonada, na Zona Sul da cidade de Porto Alegre. Abandonada pelo Prefeito Marchezan, abandonada, incompleta e paralisada no final de 2016, Prefeito Fortunati, e não retomada até agora pelo Prefeito Marchezan. Creche na Antônio Severino, comunidade Nazaré. Esta creche aqui, senhoras e senhores, é para receber as crianças das famílias da comunidade Nazaré que estão nas imediações do aeroporto. Foi uma creche construída que tinha cozinha, tinha móveis e está deste jeito que mostro para os senhores e senhoras. Estive visitando hoje pela manhã. Além dessas quatro e mais uma da Zona Sul, tem mais duas, Parque Urubatã, na Zona Sul, e Moradas da Hípica na Zona sul. São pelos sete creches comunitárias! Quantos milhões estão aí comprometidos, do Governo Federal, e não utilizados! E aí a mostra da incapacidade de ação, de trabalho, de articulação do Prefeito Marchezan que só chora e que só quer atingir os servidores. Mostre eficiência, Prefeito! Responda por isso que é muito grave! Faltar com educação infantil e faltar com o cuidado com o patrimônio público.

(Não revisado pela oradora.)

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): A Ver.^a Lourdes Sprenger está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADORA LOURDES SPRENGER (PMDB): Sra. Presidente, Ver.^a Mônica Leal, na presidência desta plenária; Srs. Vereadores e Sras. Vereadoras, novamente a imprensa pauta hoje Estações de Monitoramento do Ar, na Capital. É assunto recorrente, mas, antes de detalhar esse assunto, quero lembrar e registrar que as nossas Estações de Tratamento do Monitoramento do Ar, em Porto Alegre, foram criadas, em 2009, a do Centro, da Azenha, em 2010, e do Humaitá, em 2013. Ainda em 2013, foi feito um trabalho pela SMAM que se chamou Monitoramento de Qualidade do Ar em Porto Alegre, um trabalho muito bem elaborado, com a participação do ex-Secretário Dilda, sobre as questões e os projetos para monitoramento do ar. Sabe-se que as consequências da falta de monitoramento do ar com a poluição atinge 62,8% das doenças respiratórias nas áreas de circulação de veículos e 39,9% em incidência em infecções respiratórias agudas, e com isso mais custos para a saúde pela falta de prevenção. Nós, sabendo dessa situação, já em 2016, realizamos, não é a primeira audiência, na Comissão de Saúde e Meio Ambiente, que presidimos, mas uma delas, porque anteriormente já tínhamos realizado esse tipo de audiência. Nessa reunião, com

a presença da EPTC, de vários órgãos municipais, meio ambiente, nós chegamos a encaminhamentos onde pedíamos informações sobre orçamento para a manutenção das Estações de Monitoramento, também que a Secretaria veiculasse em seu *site* medidas compensatórias na preservação ambiental e a Secretaria da Saúde que prestasse informações sobre o plano de ação dos postos de saúde, as doenças causadas pela má qualidade do ar no Município. Providências foram tomadas, trazendo à tona essa questão importante onde o laboratório da UFRGS concluiu, em seus estudos, que quem desce da Zona Sul e vê essa serração próxima à rodoviária, não é cerração, é poluição do ar. Vejam bem quanto é importante, quanto não é falada a necessidade de manter essas estações funcionando. Quando realizamos a nossa audiência aqui na Câmara, uma das estações estava em manutenção, uma não estava e outra estava funcionando. Hoje, para nossa preocupação, consta nesta matéria da imprensa que nenhuma das estações está funcionando. Realmente, é preocupante que nem do Fundo do Meio Ambiente foram destinados recursos. Eu apresentei emendas ao orçamento, não foram aprovadas à época, então ficamos com o pior. Hoje não temos estação de monitoramento do ar funcionando.

Para concluir, Sra. Presidente, sendo bem objetiva, a nossa bancada – Vereadores Mendes Ribeiro, André Carús, Comandante Nádia – sugere uma nova pauta à Comissão de Saúde e Meio Ambiente, sob a presidência do Ver. Cassio Trogildo, para que possamos ter uma posição do que é possível fazer, se é possível ter recursos vindos do meio ambiente, de medidas compensatórias. O que não pode é a Cidade continuar nesta dependência de falta de equipamento de monitoramento do ar, falta de conserto, ou mesmo de recursos para manutenção. Obrigada.

(Não revisado pela oradora.)

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): O Ver. Aldacir Oliboni está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADOR ALDACIR OLIBONI (PT): Sr. Presidente, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores, público que acompanha a nossa Sessão nesta tarde; queria, em nome da nossa bancada – Ver. Marcelo, Ver. Adeli, Ver.^a Sofia – fazer um registro sobre a nova tática que o Prefeito de Porto Alegre adotou, agora, em 2018, para dialogar com a Câmara Municipal. Nós percebemos, o ano passado, que o Prefeito Municipal tinha uma certa, eu diria, arrogância em relação ao poder que a Câmara Municipal de Porto Alegre teria quando ele zombava ou nos ofendia via WhatsApp, via veículos de comunicação. De fato, não conseguiu avanço nenhum, porque naquela ocasião, inclusive, os municipais também se indignaram, fazendo greve geral quando na retirada de direitos através do pacote de 2017. Não é diferente no pacote de 2018, diferente é a tática que o Prefeito utiliza quando o nobre Prefeito vem à Câmara Municipal com um grupo de empresários. Se ele tivesse discutido lá no Orçamento Participativo, discutido conosco, a tática é salutar, é democrática. Discutir, por exemplo, os índices de aumento do IPTU de nossa Cidade por região, porque pelo que se percebe

no seu pacote, um deles é, sim, IPTU, ele onera o cidadão, nos três ou quatro anos, mais de 100%, e ele diz que está apenas atualizando a planta de valores. Para nós, e nós podemos aqui registrar e perceber claramente que no seu pacote, agora recente, ele manda aqui 13 projetos. Um deles, o primeiro, atualização da planta genérica de valores do IPTU; cadastro de Inadimplentes Municipal, o Cadin; adequação da lei federal com relação ao INSS, revisão de benefícios fiscais; revisão dos avanços automáticos da folha; mudança na incorporação das gratificações dos servidores municipais; mudanças no regime de trabalho, que é uma conquista de anos dos servidores públicos municipais; fim da Licença Prêmio; Lei de Responsabilidade Fiscal Municipal; novo regramento sobre fundos públicos municipais; previdência: instituto e regime de previdência complementar, que foi aqui matéria da Tribuna Popular; Previdência: altera regras e pensões; Previdência: altera regras da aposentadoria; Previdência: incentivo àqueles que, embora aposentados, queiram continuar trabalhando.

Vejam só, os empresários estiveram aqui, muito bem aí alguns Vereadores que tentaram pressionar não só a presidência mas também o Prefeito, em ter uma reunião antes de ter a reunião com os empresários, porque a ideia que sai para fora, Ver. Cassiá, dá a impressão de que quem vai mandar aqui em Porto Alegre agora são os empresários, que nós vamos governar para os empresários, e não é bem assim. A Câmara tem vida própria, cada mandato foi concedido pela população da Cidade. E em cada região da Cidade há uma realidade diferenciada. Nós podemos perceber que há algumas regiões da Cidade, hoje, onde os serviços são bem prestados; em outras, a Cidade está completamente abandonada.

Então, não dá para imaginar que nós, aqui, tenhamos que atender o apelo do empresariado. Cá pra nós, há uma enorme irresponsabilidade nesse aspecto, quando o Prefeito vem com um grupo de empresários imaginando que eles vão ditar a regra do jogo. Não é assim! Não será assim! Ao menos a Bancada do PT tem lado, tem ciência desses projetos encaminhados, como de outros projetos já encaminhados, e nós temos certeza absoluta de que a Câmara terá a posição não ideológica, mas também não de rolo compressor, Ver. Márcio Bins Ely, quando ele quer, de qualquer jeito, em 45 dias, votar todos esses projetos. É inadmissível. A CCJ tem que ter responsabilidade nessa hora, Ver. Dr. Thiago. Porque senão, ali fora vai dizer que quem manda não são mais os Vereadores, que não têm mais autonomia; quem manda são os empresários. Por isso, muito cuidado com esta Casa, muita responsabilidade com o povo da nossa Cidade. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

VEREADOR DR. THIAGO (DEM): Presidente, vou solicitar a atenção, como o fiz na última Sessão, temos poucas pessoas aqui hoje, temos poucos assessores e, mais uma vez, um assessor de uma outra bancada, que não é a nossa, foi impedido de entrar em função da questão do crachá, que não é regimental. Por favor, peço à Mesa, peço ao Presidente Valter Nagelstein, peço a V. Exa., que é Presidente em exercício, que atentem para o fato de que essa questão do crachá não é regimental, foi estabelecida

por uma determinação de Mesa. Faço esse apelo. Ocorreu com um assessor de outra bancada, não é do DEM, que foi impedido de entrar aqui.

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP) – às 15h08min: Feito o registro Ver. Dr. Thiago. Solicito que os Líderes se aproximem da Mesa. (Pausa.)

Havendo quórum, passamos à

ORDEM DO DIA

REQUERIMENTO – VOTAÇÃO

(encaminhamento: autor e bancadas/05 minutos/sem aparte)

REQ. Nº 025/18 – (Proc. nº 0258/18 – Ver. Mauro Pinheiro) – requer seja o período de Comunicações do dia 07 de junho destinado a assinalar o transcurso do Dia de Portugal, de Camões e das Comunidades Portuguesas em homenagem aos cidadãos portugueses residentes em Porto Alegre.

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): Em votação o Requerimento nº 025/18. (Pausa.) O Ver. Reginaldo Pujol está com a palavra para encaminhar a votação da matéria.

VEREADOR REGINALDO PUJOL (DEM): Sra. Presidente, Srs. Vereadores e Sras. Vereadoras, a manifestação é de reforço e de esclarecimento. Eu tenho muito presente que esta data, há mais de dez anos, através de um projeto de minha iniciativa, o Dia da Comunidade Luso-Brasileira já estava inserido no calendário da Cidade como data a ser celebrada, exatamente prestando as homenagens que aqui pretende se prestar a Portugal, às suas ex-colônias, hoje parte da comunidade lusitana. Eu não sei, a única dúvida, não conseguir esclarecer neste pouco tempo, é que há alguns anos também, em determinado dia, foram retiradas do calendário várias homenagens já estabelecidas, entre as quais, poderia esta incluída esta. Muitas foram reincluídas; outras, nem tanto. Por isso quero dizer o seguinte: o meu voto é favorável com a ressalva de que efetivamente está em vigor essa lei, que seja completado o Requerimento dizendo: “na forma do estabelecido pela lei tal”. Era só isso, Sra. Presidente, tem que votar e aprovar por unanimidade que a iniciativa é muito boa.

(Não revisado pela oradora.)

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): Em votação o Requerimento nº 025/18. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

Em votação o Requerimento de autoria das Lideranças, solicitando que sejam votados em bloco os Requerimentos nº 020/18, nº 031/18, nº 036/18, nº 040/18,

nº 019/18, nº 021/18 e o nº 023/18. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

REQUERIMENTO – VOTAÇÃO

(encaminhamento: autor e bancadas/05 minutos/sem aparte)

REQ. Nº 020/18 – (Proc. nº 0251/18 – Mesa Diretora) – requer seja o período de Comunicações do dia 10 de maio destinado a assinalar o transcurso da data de fundação da Associação Brasileira de Integrantes do Batalhão de Suez.

REQUERIMENTO – VOTAÇÃO

(encaminhamento: autor e bancadas/05 minutos/sem aparte)

REQ. Nº 031/18 – (Proc. nº 0300/18 – Ver. Idenir Cecchim) – requer seja o período de Comunicações do dia 28 de maio destinado a assinalar o transcurso dos 72 anos da Instauração da República Italiana.

REQUERIMENTO – VOTAÇÃO

(encaminhamento: autor e bancadas/05 minutos/sem aparte)

REQ. Nº 036/18 – (Proc. nº 0359/18 – Mesa Diretora) – requer seja o período de Comunicações do dia 07 de maio destinado a assinalar o transcurso dos 15 anos do Projeto Conte Mais, desenvolvido pela Federação Espírita do Rio Grande do Sul – FERGS.

REQUERIMENTO – VOTAÇÃO

(encaminhamento: autor e bancadas/05 minutos/sem aparte)

REQ. Nº 040/18 – (Proc. nº 0447/18 – Ver. Professor Wambert) – requer seja o período de Comunicações do dia 14 de maio destinado a assinalar o transcurso dos 50 anos da Paróquia Nossa Senhora do Caravaggio.

REQUERIMENTO – VOTAÇÃO

(encaminhamento: autor e bancadas/05 minutos/sem aparte)

REQ. Nº 019/18 – (Proc. nº 0250/18 – Mesa Diretora) – requer seja o período de Comunicações do dia 23 de agosto destinado a assinalar o transcurso do Dia do Soldado.

REQUERIMENTO – VOTAÇÃO

(encaminhamento: autor e bancadas/05 minutos/sem aparte)

REQ. Nº 021/18 – (Proc. nº 0252/18 – Mesa Diretora) – requer seja o período de Comunicações do dia 22 de novembro destinado a assinalar o transcurso do Dia do Aviador e do Dia da Força Aérea Brasileira.

REQUERIMENTO – VOTAÇÃO

(encaminhamento: autor e bancadas/05 minutos/sem aparte)

REQ. Nº 023/18 – (Proc. nº 0254/18 – Mesa Diretora) – requer seja o período de Comunicações do dia 14 de junho destinado a assinalar o transcurso da Data Magna da Marinha: Batalha Naval do Riachuelo.

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): Em votação o bloco composto pelos Requerimentos nº 020/18, nº 031/18, nº 036/18, nº 040/18, nº 019/18, nº 021/18 e o nº 023/18. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

REQUERIMENTO – VOTAÇÃO

(encaminhamento: autor e bancadas/05 minutos/sem aparte)

REQ. Nº 047/18 – (Proc. nº 0487/18 – Ver. Valter Nagelstein) – requer a realização de Sessão Solene no dia 15 de maio, às 17 horas, destinada a assinalar o transcurso dos 70 anos da Criação do Estado de Israel.

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): Em votação o Requerimento nº 047/18. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

REQUERIMENTO – VOTAÇÃO

(encaminhamento: autor e bancadas/05 minutos/sem aparte)

REQ. Nº 022/18 – (Proc. nº 0253/18 – Mesa Diretora) – requer a realização de Sessão Solene no dia 04 de dezembro, às 17 horas, destinada a assinalar o transcurso dos 177 anos da Polícia Civil.

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): Em votação Requerimento nº 022/18. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP) – às 15h15min: Encerrada a Ordem do Dia.

Passamos às

COMUNICAÇÕES

O Ver. Cláudio Janta está com a palavra em Comunicações. (Pausa.) Desiste. O Ver. Mauro Pinheiro está com a palavra em Comunicações. (Pausa.) Desiste. O Ver. Paulinho Motorista está com a palavra em Comunicações. (Pausa.) Desiste. O Ver. Professor Wambert está com a palavra em Comunicações. (Pausa.) Desiste. O Ver. Ricardo Gomes está com a palavra em Comunicações. (Pausa.) Desiste. O Ver. Tarciso Flecha Negra está com a palavra em Comunicações. (Pausa.) Desiste.

Estão encerrados os trabalhos da presente Sessão.

(Encerra-se a Sessão às 15h16min.)

* * * * *